

Reflexões sobre memória comunicacional a partir de uma trajetória profissional no Ministério da Saúde¹

Fiorenza Zandonade CARNIELLI²

Ana Karin NUNES³

Marina Rodrigues MARTINS⁴

Diego Wander MONTAGNER⁵

Lucas Cardones de SOUZA⁶

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Universidade do Vale do Rio do Sinos (UNISINOS)

Resumo

O artigo reflete sobre a constituição da memória comunicacional do Ministério da Saúde do Brasil a partir de depoimento memorialístico de uma servidora da área de Comunicação. Identificado como um estudo de Comunicação Pública (Esteves, 2011; Weber, 2017), considera os limites e as potencialidades da Comunicação Pública de Estado (Miola, Marques, 2024) e da Comunicação Governamental. A coleta do depoimento foi propiciada pelo escopo do Programa de Extensão CAPAGIIC-Saúde, firmado entre a UFRGS e o Ministério da Saúde. A análise do depoimento é operacionalizada considerando questões relativas à informação, comunicação, democracia e memória, fundamentais para a noção de memória comunicacional (Luz, 2021). O estudo permite identificar potências da memória coletiva sobre temas e campanhas de saúde em contrapartida a limitações à memória comunicacional da instituição, submetida às inconstâncias estratégicas e estruturais da Comunicação Governamental ao longo de mais de 40 anos.

Palavras-chave

Comunicação Pública; Memória Comunicacional; Comunicação em Saúde; Comunicação Governamental; Ministério da Saúde.

¹ Trabalho apresentado à Sessão Temática Comunicação Pública e Comunicação de Risco, atividade integrante do XIX Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e Relações Públicas.

² Doutora em Comunicação e Informação, professora da UFRGS, fiorenzazc@gmail.com.

³ Doutora em Educação, Mestre em Comunicação Social, professora da UFRGS, ana.karin@ufrgs.br.

⁴ Doutora em Comunicação e Informação, professora da UNISINOS, mrodriguesmartins@gmail.com.

⁵ Doutor em Comunicação e Informação, Mestre em Comunicação Social, professor da UFRGS, diego.wander@ufrgs.br.

⁶ Estudante de Relações Públicas, UFRGS, lucas.cardones@ufrgs.br.

Este trabalho se insere no campo de estudos da Comunicação Pública, com reflexão centrada no conceito de memória comunicacional (Luz, 2021). A pesquisa parte do depoimento memorialístico sobre a trajetória de 43 anos de uma profissional de Comunicação no Ministério da Saúde do Brasil (MS), com o objetivo de refletir sobre como essa rememoração pode dar a ver a própria constituição da memória comunicacional desse órgão público. Além disso, busca tensionar os limites e as potencialidades da Comunicação Pública de Estado (Miola, Marques, 2024) e da Comunicação Governamental, já que é um órgão vinculado ao Poder Executivo.

O estudo deriva do Programa de Extensão CAPAGIIC-Saúde: Curso de Aperfeiçoamento em Gestão, Informação, Inovação e Conhecimento (Capagiic-Saúde, 2025). Fazem parte do programa servidores e estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS). A equipe de Comunicação do CAPAGIIC-Saúde é responsável pela oferta de ações de capacitação para servidores vinculados às Coordenações da Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA) do MS. De modo complementar, também busca contribuir para a construção da memória comunicacional do MS.

A Comunicação Pública é aquela definida em termos do interesse público (Esteves, 2011; Weber, 2017), dos temas capazes de afetação pública porque dizem do interesse de vida, justiça, igualdade, liberdade, entre outros definidos e disputados na arena pública. A saúde pública, objeto da missão institucional do MS, é tema público por excelência, ao qual são dedicados grandes investimentos e estrutura. É uma pasta central porque: i) está no centro das necessidades da população; ii) o Governo Federal é ente fundamental no Sistema Único de Saúde (SUS); e iii) é estratégica na construção de percepção positiva do governante.

Entendemos a Comunicação Pública como qualificadora da democracia (Weber, 2017), definida normativamente uma vez que é responsabilidade intrínseca do Estado democrático. Seus processos são tensionados por interesses públicos e privados. Importa precisar que a comunicação empreendida pelo MS é da natureza da Comunicação Pública de Estado (Miola, Marques, 2024), conceito que demarca a dimensão democrática e também a institucional para construção da confiança na instituição e no sistema democrático. É, especificamente, definida pela Comunicação

Governamental, relacionada àquela realizada pelo Poder Executivo em conformidade com a visão do projeto político eleito e mais fortemente marcada por processos persuasivos de defesa e construção de imagem pública favorável, justamente porque depende da adesão do voto. Os produtos da comunicação governamental elaborados ao longo da história do MS, se preservados e publicamente acessíveis, permitem a conformação de uma memória que é política e social e, como defende Luz (2021), comunicacional.

Neste artigo, o relato da servidora é a fonte privilegiada, embora certamente parcial e limitada por sua experiência, para reconstituir mais de quatro décadas da atuação da comunicação do MS. A servidora é formada em Jornalismo e ingressou no MS por meio de concurso público em 1981, atuando inicialmente no Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS). Passou pelo Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (Iapas), pela Assessoria de Comunicação do Gabinete do Ministro da Saúde e por outras coordenações do Ministério, assumindo funções técnicas e de gestão. Teve participação em momentos históricos, como a concepção da identidade visual do SUS e grandes campanhas nacionais de comunicação em saúde pública.

A entrevista foi realizada remotamente em três sessões, nos dias 28/02, 06 e 13/03/2024, segundo roteiro semiestruturado que priorizou abordagem dos aspectos pessoais da trajetória de trabalho, assim como estruturais e estratégicos da comunicação empreendida pelo órgão público desde a década de 1980 até os dias atuais. A partir do modelo de Luz (2021), a análise atenta-se a aspectos instrumentais e normativos. Os primeiros referem-se aos produtos e práticas de comunicação adotados, aqui presentes no relato memorialístico da entrevistada. A frente normativa considera os elementos éticos constitutivos e qualificadores da memória comunicacional, relacionados às noções de democracia, comunicação, informação e memória.

Neste estudo, adotam-se as categorias *informação*, *comunicação*, *democracia* e *memória* como frentes problematizadoras. Busca-se responder o que há no depoimento sobre questões relativas a essas categorias e como o exercício de rememoração da entrevistada contribui para refletir sobre a constituição da memória comunicacional do MS.

Ao observar o depoimento, considerando que a informação é qualquer conteúdo, independentemente do meio em que está registrada, seja em papel, formato eletrônico, gravação de som, imagem ou audiovisual (Uhlir, 2006; Luz, 2021), percebe-se que a preservação e o acesso às informações resultantes da atividade comunicativa governamental estão centrados na pessoa da servidora pública. Essa realidade demonstra a opacidade e a indisponibilidade, por vezes parcial e outras total, da categoria *informação*, indicando que os pilares direito à informação e à memória nas democracias são limitados no MS. Ou seja, estão sujeitos à memória e preservação como ação pessoal dos servidores públicos e não da instituição ou governos gestores.

Na categoria *comunicação*, a análise evidencia uma pluralidade temática nas iniciativas, refletindo uma liberdade na abordagem de temas relevantes e a amplitude das campanhas desenvolvidas. Além disso, identificam-se menções positivas a abordagens disruptivas que, em diferentes épocas, representaram inovações no campo da comunicação. No entanto, a dimensão crítica e do debate apresenta nuances contrastantes. Por um lado, há um reconhecimento da abordagem crítica em algumas iniciativas, enquanto, por outro, aponta-se para a corrupção dessa crítica em determinadas instâncias, comprometendo a integridade das ações comunicacionais. No que se refere à estratégia, as valorações negativas indicam dificuldades na definição de diretrizes estratégicas e na estruturação da comunicação institucional. A restrição à assessoria de imprensa também é um fator relevante, uma vez que limita a capacidade de planejamento e execução de ações comunicacionais articuladas, impactando a qualidade da comunicação pública.

A categoria interpretativa relativa à *democracia* considera atributos de publicidade e *accountability* próprios da comunicação pública. O depoimento da servidora é rico em referências a iniciativas de publicização de temas e ações do MS ao longo de sua história, buscando alcançar e conscientizar o público para mudanças de comportamento em nome da saúde pessoal e coletiva. As referências aos bastidores da gestão revelam a desconfiança de corrupção, com barreiras para a ação enquanto servidora envolvendo fornecedores, indicando importantes limites à transparência dos processos.

A entrevista com a servidora destacou momentos significativos da memória em saúde no Brasil, reforçando o papel das democracias na preservação do passado em

contraposição ao esquecimento. Temas polêmicos, como a criminalização do aborto nos anos 1980, foram rapidamente silenciados, enquanto campanhas sobre AIDS, vacinação e câncer de mama, especialmente nos anos 1990, ganharam visibilidade. A publicidade desses temas garantiu seu registro na memória coletiva, e as campanhas em rádio e TV marcaram o imaginário social, fortalecendo a comunicação em saúde pública.

A comunicação em saúde perdeu espaço ao longo dos anos, passando por desmonte físico, terceirização e impactos de escândalos de corrupção nos anos 2000. Entre 2019 e 2022, houve contradições: enquanto a comunicação interna foi valorizada, temas como homossexualidade foram censurados, e houve tentativas de apagar a memória da vacinação. Essas políticas de gestão enfraqueceram a credibilidade do MS perante a sociedade. O depoimento da servidora revela que, ao longo de quatro décadas, a preservação da memória no sentido de justiça e dever social foi secundária diante dos interesses políticos dos governos vigentes.

O depoimento memorialístico revela limites da comunicação pública em saúde, submetida a interferências do projeto político no exercício legítimo do poder e a descontinuidades vinculadas à alternância de governos. O tensionamento da ordem estratégica da comunicação governamental servindo à imagem pública do projeto político também se evidencia em relação à insegurança da estrutura e dos investimentos nas equipes de Comunicação do MS. Por outro lado, ao longo das quatro décadas relatadas há a construção de repertório da comunicação pública em saúde no Brasil. A despeito das descontinuidades de políticas de comunicação do MS, bem como da sua preservação em acervos, é possível constatar uma *memória comunicacional* compartilhada pelos/as cidadãos/ãs brasileiros que vivenciaram as iniciativas de Comunicação do MS como patrimônio público do país.

Referências

CAPAGIIC-Saúde – Curso de Aperfeiçoamento em Gestão, Informação, Inovação e Conhecimento em Saúde (2024). Disponível em:
[https://www.ufrgs.br/capagiic/#\[object%20Object\]](https://www.ufrgs.br/capagiic/#[object%20Object]). Acesso em: 17 mar. 2025.

ESTEVES, J. P. **Sociologia da Comunicação**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

LUZ, A. J. A. da. **Comunicação Pública e Memória Comunicacional: revelações e apagamentos sobre o governo da presidenta Dilma Rousseff**. 2021. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

MIOLA, Edna; MARQUES, Francisco Paulo Jamil. Abordagens teóricas e definições mínimas na pesquisa em Comunicação Pública: construindo o conceito de Comunicação Pública de Estado. **Organicom**, São Paulo, Brasil, v. 21, n. 45, p. 19–34, 2024. DOI: 10.11606/issn.2238-2593.organicom.2024.225134.

UHLIR, Paul F. **Diretrizes políticas para o desenvolvimento e a promoção da informação governamental de domínio público**. Brasília: UNESCO, 2006. 69 p. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000137363_por. Acesso em: 17 mar. 2025.

WEBER, M. H. Nas redes de comunicação pública, as disputas possíveis de poder e visibilidade. In: WEBER, M. H.; COELHO, M. P.; LOCATELLI, C. **Comunicação pública e política: pesquisa e prática**. Florianópolis: Insular, 2017. p. 23-56.